Réplica

ANO 32 | DEZEMBRO 2014
101

Mãos dadas em defesa da classe

Cobertura nas páginas 8, 9 e 16

LEIA TAMBÉM

Conheça a nova diretoria para o próximo biênio
Páginas 2, 8 e 9

Victor Hugo fala de conquistas e próximos desafios
Páginas 6 e 7

Sérgio Harris destaca as metas de sua gestão
Páginas 10 e 11

EDITORIAL

Um novo ciclo que se inicia na AMP/RS

O encerramento de cada ano nos impõe reflexões acerca das vitórias e conquistas que tivemos e dos desafios e enfrentamentos que estão por vir. Nesta época de mudanças, a AMP/RS se renova com a posse da nova diretoria, eleita no mês de novembro e empossada no dia 17 de dezembro com a missão de continuar lutando pelos interesses da classe, pela defesa da Constituição e pela consolidação das relações com as comunidades onde atuam seus membros.

A gestão que se despede deixa como legado uma série de realizações e o forte espírito de união, além de posicionamentos na defesa dos interesses do Ministério Público e de seus membros. Nesta edição, o ex-presidente Victor Hugo Azevedo faz um balanço dos principais pontos de sua gestão. Por outro lado, o novo presidente da Associação, Sérgio Hiane Harris, projeta o futuro em uma entrevista especial, elencando os pontos focais de sua atuação para o próximo biênio.

O ano de 2014 se encerra com uma série de conquistas. Durante o período, mantivemos atividades tradicionais em nossas sedes e também percorremos os núcleos regionais, levando aos colegas do Interior atualizações sobre temas de interesse e ouvindo suas demandas. Acompanhamos uma série de discussões legislativas, que trarão alterações à carreira de promotores e procuradores de Justiça. Uma das grandes realizações deste ano foi o XII Congresso Estadual, que discutiu temas que desafiam o MP no novo milênio. Também durante este período, a AMP/RS deu prosseguimento a um conjunto de obras para reforma e conservação das sedes administrativa e campestre. Ao cuidar do nosso patrimônio, zelamos também pelo bem-estar de todos os associados, que é uma de nossas missões precípuas.

Feliz 2015!

Conheça a nova diretoria executiva

Quem são os integrantes da chapa vencedora das eleições da Associação do Ministério Público (AMP/RS):

SÉRGIO HIANE HARRIS
Presidente
Promotor de Justiça de Entrância Final

MARTHA SILVA BELTRAME
Vice-presidente administrativo e financeiro
2ª promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Porto Alegre

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
Vice-presidente de Núcleos
1º promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional da Restinga, de Porto Alegre

ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
Vice-presidente social
8ª promotora de Justiça da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre

NILSON UBIRAJARA DA ROSA PACHECO
Vice-presidente de Aposentados
Promotor de Justiça aposentado

MARCELO TUBINO VIEIRA
Secretário
1º promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada

TIAGO DE MENEZES CONCEIÇÃO
Tesoureiro
3º promotor de Justiça da Promotoria de Jutiça Regional da Tristeza, de Porto Alegre

EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)
Presidente: Sérgio Hiane Harris • Vice-presidentes: Martha Silva Beltrame, João Ricardo Santos Tavares, Andréa de Almeida Machado e Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco • Coordenação e edição: Claudio Medaglia Jr. – MTb 7608 (imprensa@amprs.org.br) – e Itamar Pelizzaro – MTb 8476 • Projeto Gráfico: Rose Tesche, Pubblicato Editora Ltda • Tratamento de imagens: Pedro Dreher • Tiragem: 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS – Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 • CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254.5300 – *www.amprs.org.br*

Atuação nos Parlamentos é vital para garantir avanços ao MP

O enfrentamento de temas difíceis em defesa dos interesses da classe e do Ministério Público já se tornou uma das marcas da AMP/RS. Ao longo de sua história, a entidade ganhou notoriedade, reconhecimento e respeito das mais altas Instituições do país.

Foi com essa força que a Associação se lançou à luta, vencendo muitas batalhas e ainda travando outras. É o caso da reforma do Código Penal. Em dezembro, a comissão especial criada no Senado para analisar o tema aprovou proposta relatada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT) que, entre outros pontos, altera a legislação para crimes como caixa dois, enriquecimento ilícito e maus-tratos a animais. O texto também propõe o aumento da pena de homicídio simples e dificulta a progressão de regime prisional.

Taques é o relator da proposta elaborada por uma comissão de 11 juristas convidados pelo ex-presidente do Senado José Sarney para sugerir atualizações no Código Penal. O grupo apresentou um anteprojeto, que recebeu mais de 800 emendas parlamentares e mil sugestões da sociedade. Desse texto, saiu o relatório aprovado pela comissão. O projeto está na CCJ do Senado, onde terá de ser aprovado antes de ir ao plenário para seguir à Câmara dos Deputados. A AMP/RS, a CONAMP e as demais entidades representativas do MP e do Judiciário seguem acompanhando sua tramitação e interferindo para corrigir tópicos que consideram nocivos à sociedade.

Igualmente, a PEC 63/2013, que institui a parcela de valorização por tempo de serviço aos membros do MP e do Poder Judiciário segue em compasso de espera. Após grande empenho, tendo obtido a inclusão dos aposentados no rol de beneficiados, a AMP/RS, em consonância com a CONAMP e demais entidades representativas do MP conquistaram o apoio da CCJ do Senado e, assim, viram o texto ser encaminhado ao plenário daquela Casa Legislativa. A proposta, porém, ainda não foi votada.

No Estado, a entidade acompanha o PL 221/2013, que trata da redução dos percentuais entre entrâncias; e o PL 292/2012, que estabelece a automaticidade dos reajustes dos subsídios de membros do MP/RS. Quanto a esses, não houve votação. Ainda em relação à automaticidade, sem prejuízo da busca da implantação no Estado, a matéria, por provocação das associações nacionais, também será objeto de deliberação nos Conselhos Nacionais de Justiça e do MP.

Esforço pelo auxílio-moradia

A mobilização da AMP/RS resultou, na última sessão de 2014 da Assembleia Legislativa (foto), na aprovação de projeto que reajustou o subsídio mensal dos membros do MP. Com isso, pela primeira vez, desde a implementação do subsídio, a remuneração da classe abre o ano alinhada ao reajuste concedido aos ministros do STF.

Porém, os parlamentares vetaram o pagamento do auxílio-moradia. O deputado Raul Pont (PT) apresentou emenda ao projeto de lei acrescentando artigo que veda seu pagamento no âmbito do Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública e TCE, sem Lei Estadual específica que o autorize, com requerimento de votação em bloco das matérias. Apesar da inconstitucionalidade e da falta de pertinência entre os temas, o projeto foi aprovado.

A AMP/RS já estuda o assunto, e se for sancionada pelo governador a parte inconstitucional aprovada, verificará o eventual alcance da disposição, já que contraria frontalmente decisão judicial prolatada pelo STF, bem como o determinado pelo CNMP. O pagamento do benefício a aposentados e pensionistas também é reivindicado pela classe.

Esforço coletivo retoma diálogo em Santa Maria

Um esforço coletivo ajudou a restabelecer o diálogo entre os membros do Ministério Público e os integrantes do Movimento Santa Maria do Luto à Luta, composto por sobreviventes e pais de vítimas do incêndio da boate Kiss, que causou a morte de 242 pessoas em janeiro de 2013. A busca pelo entendimento foi liderada pela diretoria da AMP/RS, de forma articulada com os promotores de Justiça que atuam naquela Comarca.

A situação era complicada. Em um caso marcado pela comoção, o movimento do Luto à Luta criticou intensamente a atuação do Ministério Público no caso. Em uma das iniciativas, afixou banners na fachada da boate e na Tenda da Vigília Permanente, na Praça Saldanha Marinho.

Para auxiliar os colegas que viram dificultada a relação com a comunidade local, a diretoria da AMP/RS deslocou, em abril passado, o então vice-presidente administrativo e financeiro, Sérgio Harris, e o vice-presidente de Aposentados, Nilson Pacheco, além do assessor administrativo Antônio Carlos Hornung até Santa Maria.

A remoção das peças ocorreu depois de uma reunião com representantes do movimento e do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria. O encontro, marcado por conversa franca e emoção, selou o entendimento com a comunidade.

Para Sérgio Harris, a reunião fortaleceu o diálogo e reatou os laços entre as partes, ambas impactadas pela tragédia. "Promotores de Justiça e familiares das vítimas têm objetivos comuns, ainda que, eventualmente, sob diferentes óticas", disse Harris. "A instituição não está imune a críticas, nem espera que todos concordem com suas decisões, mas precisa ser respeitada", acrescentou.

SINTONIA COM A CLASSE

O novo momento nas relações entre a Instituição e os familiares das vítimas da tragédia foi lembrado no almoço dos aposentados e pensionistas no final daquele mês. Na ocasião, Nilson Pacheco descreveu o ambiente encontrado em Santa Maria e destacou o importante e eficiente trabalho de convencimento executado. "A partir disso, desfez-se o clima desfavorável nas relações entre as partes, e os banners com alusão ao MP foram retirados dos locais onde haviam sido afixados", observou Pacheco.

Em sua manifestação, o então presidente da AMP/RS Victor Hugo Azevedo ressaltou que o sucesso em Santa Maria foi resultado da integração da diretoria com os colegas locais. "Foram imprescindíveis o poder de diálogo, a tolerância, a capacidade de ouvir os justos lamentos da sofrida comunidade e mostrar que os objetivos, nossos e deles, são os mesmos", disse, salientando que eventuais diferenças de estratégia são insignificantes diante da coincidência de intenções. "A atividade do MP, hoje, se tornou de alto risco", disse Victor Hugo, referindo-se também ao caso do assassinato do menino Bernardo Boldrini, em Três Passos, que também gerou polêmica.

Defesa pelo recesso para o MP gaúcho

A aprovação do recesso de final de ano para o Ministério Público, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, foi uma conquista da AMP/RS. O então presidente Victor Hugo Azevedo fez sustentação oral junto ao Órgão Especial, ponderando que o assunto havia sido proposto pelo chefe do MP/RS, Eduardo de Lima Veiga, e postulado pela AMP/RS. Victor Hugo invocou a paridade com o Judiciário como "imprescindível para o Ministério Público". Na decisão, por maioria de votos, o colegiado reconheceu a conveniência de tratamento similar ao do Poder Judiciário, suspendendo as atividades externas do MP de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015.

Congresso Estadual reflete sobre desafios da classe

Refletir sobre os enfrentamentos sociais e políticos que desafiam o Ministério Público foi o mote que reuniu dezenas de promotores e procuradores de Justiça no XII Congresso Estadual do Ministério Público. Promovido pela AMP/RS, o evento foi realizado em agosto no Hotel Serra Azul, em Gramado. Também acompanharam os trabalhos representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Na abertura do evento o então presidente, Victor Hugo Azevedo, lembrou que, em razão de sua atuação destacada no combate à criminalidade, à corrupção e em defesa do patrimônio público, o MP passou a gozar de inegável prestígio social. Paradoxalmente, pontuou o dirigente, a Instituição vem enfrentando o período de maior cobrança e exposição de todos os tempos.

"As associações criminosas, especialmente aquele segmento delas que, como um parasita, se instalam nas entranhas dos poderes e de instituições da República, sabem muito bem que os inimigos a serem combatidos são as instituições públicas, entre as quais figura, em posição destacada, o MP", destacou.

Durante a solenidade, cinco personalidades foram agraciadas com a Comenda Dirceu Pinto, em reconhecimento ao envolvimento, dedicação, identificação e trabalho em prol do Ministério Público e de suas causas. Receberam a distinção a presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti; o promotor de Justiça aposentado Antônio Carlos Paiva Hornung; o promotor de Justiça Vercilei Serena e os deputados federal Ronaldo Nogueira e estadual Jorge Pozzobom. Ao longo da programação do encontro também foram entregues as premiações do Melhor Arrazoado Forense. Os agraciados foram os promotores Mauro Fonseca Andrade e Maurício Sanchotene Aguiar.

A programação científica ainda reuniu renomados juristas para abordar questões atinentes à atuação do MP em diferentes searas.

Semanas do MP

As Semanas do Ministério Público movimentaram milhares de acadêmicos de Direito de universidades gaúchas. Com o objetivo de apresentar a Instituição e despertar o interesse pela carreira ministerial, os eventos são promovidos pela AMP/RS, MP e universidades. O último encontro do ano ocorreu em Rio Grande, no sul do Estado, reunindo estudantes da Furg. Com 30 anos de tradição, as Semanas do MP envolvem programação diversificada e temática atual.

Duas gestões na balança

O promotor de Justiça Victor Hugo Azevedo cumpriu dois mandatos à frente da AMP/RS e entregou o cargo após contribuir para o protagonismo da Associação em relevantes causas de interesse da classe e da sociedade. Nesta entrevista, o dirigente lembra os principais fatos que marcaram sua gestão, iniciada em 2011, ano em que o governo estadual tentou implementar uma reforma previdenciária danosa aos interesses dos servidores públicos. Outro ponto de destaque neste período foi a batalha que culminou com a derrubada da PEC 37.

RÉPLICA – Sua gestão foi marcada por diversos enfrentamentos em defesa da classe e da Instituição. Quais as lutas mais marcantes?

Victor Hugo Azevedo – Sem dúvida nenhuma, o maior enfrentamento colocado ao MP brasileiro nos últimos anos foi a PEC 37, popularizada como PEC da Impunidade. Mas o nosso primeiro grande enfrentamento, quando assumimos a AMP/RS, envolveu a questão previdenciária no Estado. Integrante da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, a AMP/RS, diante da proposta de reforma encaminhada à AL-RS pelo governador Tarso no início de seu governo, posicionou-se contra alguns aspectos da proposta, e pelo fortalecimento do regime previdenciário próprio, com sustentabilidade financeira e administração paritária pelo governo e agentes públicos. Na época, entendemos que o modelo proposto, em algumas partes, encerrava flagrantes inconstitucionalidades. O projeto do Executivo pretendia aumentar progressivamente a alíquota de contribuição dos servidores, além de conter outras impropriedades que poderiam acarretar uma avalanche de ações contra o Estado.

RÉPLICA – Que medidas foram adotadas contra isso?

Victor Hugo – Diante da aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa, preparamos um estudo detalhado, apontando as inconstitucionalidades, e formulamos uma representação ao procurador-geral de Justiça, que ingressou com uma ADI. A ação foi acolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado. O governo, então, apresentou nova proposta, com índice igual para todos os servidores e pensionistas, também aprovado pelo Parlamento. A União Gaúcha propôs uma nova ADI, e o assunto segue em discussão no judiciário. Hoje, um agravo regimental sustenta os nossos argumentos perante a mais alta corte do país.

RÉPLICA – O trabalho para derrubar a PEC 37 exigiu grande esforço da classe. Qual foi a participação da AMP/RS?

Victor Hugo – O Rio Grande do Sul teve destacado protagonismo no combate à chamada PEC da Impunidade. Foi em nosso Estado que iniciamos as primeiras mobilizações e alertamos o restante do

país para os riscos da proposta que solapava parte das prerrogativas do Ministério Público. É preciso lembrar que um dos efeitos mais concretos do processo de democratização, materializado na Constituição Federal de 1988, foi proporcionar um olhar diferenciado em relação à criminalidade do país. Isso muito por conta da atuação do MP. Pessoas que tinham salvo-conduto passaram a ser investigadas, e muitas processadas e condenadas. Mas é bom que se frise, nossa Instituição nunca quis avançar sobre as atribuições de quem quer que seja, mas tem o dever de conduzir o poder punitivo estatal, o que pressupõe investigar com a finalidade de instrumentalizar a acusação pública.

RÉPLICA – Como foi a mobilização no Estado?

Victor Hugo – Formamos um movimento robusto no Rio Grande do Sul, unindo agentes políticos, chefes de Poderes e as mais variadas entidades da sociedade civil, em torno da causa. Realizamos atos públicos por todo o Estado, alertando para o ataque à democracia e os prejuízos da proposta para a Nação. O enfrentamento da PEC 37 não foi uma causa do MP contra as polícias. Ao contrário, penso que é impossível querer aperfeiçoar o sistema de justiça criminal se não tivermos uma polícia capacitada e com condições de levar adiante o desafio de combater a impunidade. Sempre estivemos ao lado da polícia, mas não podíamos admitir que, diante da ineficiência do sistema, caminhássemos no sentido de restringir ainda mais a capacidade do Estado de enfrentar essa grande chaga, que é a impunidade. Nesse processo, foi fundamental a manifestação expressa e formal do governador Tarso Genro, do então presidente do TJ, Marcelo Bandeira Pereira, de prefeitos, empresários, comunicadores, parlamentares e personalidades da sociedade gaúcha contra a PEC 37.

> O enfrentamento da PEC 37 não foi uma causa do MP contra as polícias. Sempre estivemos ao lado da polícia, mas não podíamos admitir que, diante da ineficiência do sistema, caminhássemos no sentido de restringir ainda mais a capacidade do Estado de enfrentar essa grande chaga que é a impunidade

RÉPLICA – Este movimento projetou ainda mais a AMP/RS no cenário nacional?

Victor Hugo – Penso que sim. Na condição de vice-presidente da CONAMP, cargo que sigo ocupando, tive a oportunidade de representar o RS junto à entidade nacional e levar nossa voz. Unidos por essa bandeira, participamos de discussões com o governo, fomos ao Congresso Nacional, criamos um movimento que abrangeu todas as entidades afiliadas, e outras de vocação democrática, inclusive internacionais. Essa onda, que percorreu todo o país, recebeu apoio de Câmaras de Vereadores do Oiapoque ao Chuí, literalmente, e culminou em um grande ato público em Brasília. Jamais o MP brasileiro protagonizou tamanha mobilização. Felizmente, os movimentos sociais de junho de 2013 ecoaram alto no Congresso Nacional, que, no dia 25 daquele mês, sepultou a PEC da Impunidade, em sessão histórica na Câmara dos Deputados.

RÉPLICA - Que outras realizações como presidente da AMP-RS o senhor destaca?

Victor Hugo – Além da valorização do patrimônio de nossa entidade, com a remodelação dos últimos andares de nossa sede administrativa, reformas dos flats e renovação da fachada externa, e as várias melhorias feitas na sede campestre, inclusive para propiciar acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, zeramos o repertório de demandas que existiam perante a Administração Superior do MP-RS. Nesse aspecto, logramos avanços significativos, como o reconhecimento, pelo MP, do pagamento do quilômetro rodado, da revisão dos critérios de cálculo da gratificação natalina, reajuste da verba de gratificação, entre outros. Não posso deixar de citar, também, pela importância institucional do assunto, a reversão do julgamento do "subsídio retroativo" pelo CNMP.

RÉPLICA - O que fará ao deixar a presidência da AMP/RS?

Victor Hugo – Tenho um mandato a cumprir junto à CONAMP. Antes o exercia concomitantemente ao de presidente da AMP/RS. Agora, por autorização do Conselho Superior do MP/RS, passarei a exercê-lo com exclusividade. As grandes questões que envolvem o MP brasileiro deverão ser decididas em nível nacional. Mas, enfim, como disse em meu discurso de despedida, "hoje, enriquecido pelas experiências vividas, me sinto pronto, preparado e estimulado para encarar novos desafios, e desafios é que não faltam ao Ministério Público brasileiro".

RÉPLICA – O senhor gostaria de deixar uma mensagem à nova direção que assumiu a AMP/RS?

Victor Hugo – O Sérgio Harris esteve comigo por quase 4 anos na administração da AMP/RS e conhece como poucos nossas dificuldades e as missões a executar. Tenho certeza que ele e os demais membros da diretoria terão bastante sucesso, pela capacidade de diálogo e conhecimento de causa. A AMP/RS estará em boas mãos e a classe muito bem representada.

Sérgio Harris assume a presidência da AMP/RS

Em uma solenidade prestigiada por centenas de membros do Ministério Público e dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e convidados, a nova diretoria da AMP/RS e o Conselho de Representantes da AMP/RS foram empossados ao entardecer do dia 17 de dezembro. A cerimônia, realizada no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público, marcou a transmissão do cargo de presidente da entidade, que passou a ser comandada pelo promotor de Justiça Sérgio Hiane Harris.

O dirigente, que por três anos e meio desempenhou a função de vice-presidente administrativo e financeiro, sucede Victor Hugo Azevedo para o biênio 2014-2016. Em sua fala, o novo presidente ressaltou a trajetória e a importância do Ministério Público e da Associação gaúcha. Harris lembrou do período em que ingressou na Instituição, há 14 anos. "Estou honrado em estar aqui, tomando posse como presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul". Ao assumir, salientou que uma das principais características de sua gestão será a atuação focada nos pilares de independência, integração e pluralismo com práticas inovadoras.

DIVIDINDO TAREFAS E MULTIPLICANDO FORÇAS

Sérgio Harris foi enfático na valorização de seus novos colegas de diretoria e disse que não se imaginaria trabalhando pela entidade de classe sem contar com uma equipe altamente preparada e versátil. Para ele, a gestão qualificada precisa estar sustentada em pessoas a quem se possa delegar tarefas, dividir responsabilidades e multiplicar forças.

Sérgio Harris foi antecedido pelas manifestações do ex-presidente Victor Hugo e pela presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti. Norma narrou o trabalho da entidade em nível nacional e lembrou dos enfrentamentos do MP no combate à corrupção. E, referindo-se à nova administração da Associação gaúcha, reforçou que conta com a participação de Sérgio Harris e de seus pares nas lutas classistas em nível nacional. "Quero dizer a Sérgio que sua chegada é aguardada com muito carinho desde a mobilização contra a PEC 37."

Após quatro anos trabalhando para encaminhar as demandas classistas e defender as prerrogativas do Ministério Público, Victor Hugo transmitiu o cargo afirmando ter realizado um sonho de menino ao se tornar promotor de Justiça. Ele agradeceu aos colegas e contou que passará a se dedicar com exclusividade à CONAMP. "Não posso deixar de registrar que hoje, enriquecido pelas experiências vividas, me sinto pronto, preparado e estimulado para encarar novos desafios. Aliás, desafios é que não faltam ao MP brasileiro", afirmou.

O procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga, fez o encerramento dos pronunciamentos. Veiga citou formulações dos filósofos Imannuel Kant e Kwame Anthony Appiah para homenagear os colegas. "Reconheço nos senhores dignidade, exemplo e honra".

Após a cerimônia os convidados confraternizaram em um coquetel oferecido pela AMP/RS em homenagem à nova administração.

PALAVRAS DO NOVO DIRIGENTE

"O Ministério Público está sempre na mira de alguma alteração legislativa que o enfraqueça ou que retire as prerrogativas de atuação de seus membros. Talvez a explicação esteja na brilhante síntese do ministro Ayres Brito, no auge do combate à PEC 37, que visava à retirada dos poderes de investigação criminal da Instituição: "Querem enforcar quem nunca roeu a corda". Ou na constatação de que a nossa Instituição paga pelos seus erros, o que é natural e correto, mas o caudo motivador das suas mais perigosas ameaças são justamente os seus maiores acertos."

Diretoria executiva

A diretoria da AMP/RS para os próximos dois anos, a partir da esquerda: Marcelo Tubino, secretário; Martha Beltrame, vice-presidente administrativa e financeira; João Ricardo Tavares, vice-presidente de Núcleos; Sérgio Harris, presidente; Andréa de Almeida Machado, vice-presidente social; Nilson Ubirajara Pacheco, vice-presidente de Aposentados; e Tiago de Menezes Conceição, tesoureiro

"Assim como não há maneira de evitar que o pensamento viaje em direção à história da Associação, lembro também do início da minha jornada na Instituição, 14 anos atrás, quando, no final do ano de 2000, tomei posse como promotor de Justiça. Se vivenciasse apenas uma vez aquele sentimento, já me sentiria, como de fato me sinto, extremamente agradecido ao destino a mim traçado."

"Trabalhando para o bem de nossa entidade de classe e fortalecimento de nossa Instituição, acredito, com toda a minha convicção, que o grande vencedor será a sociedade gaúcha, destinatária primeira dos serviços e objetivo maior da atuação do Ministério Público."

"Sentimo-nos preparados para enfrentar os desafios. E a palavra 'sentimos' está propositadamente flexionada na primeira pessoa do plural. Hoje, não mais imagino que se possa atender às demandas da nossa entidade de classe sem uma equipe altamente preparada e versátil, pessoas a quem se possa delegar tarefas, dividir responsabilidades e multiplicar forças, para estar presente e atuante em todos os diversos campos em que se exige a presença associativa."

Novos conselheiros

O Conselho de Representantes da AMP/RS para o próximo biênio também foi empossado durante a cerimônia realizada em 17 de dezembro na sede do Ministério Público. Da esquerda para direita: Ana Maria Schinestsck, Cláudio Barros Silva, Delmar Pacheco da Luz, o presidente eleito Sérgio Harris, Ivan Saraiva Melgaré, Ubaldo Alexandre Licks Flores, Luís Felipe Tescheiner, Vercilei Lino Serena e Sérgio Luiz Nasi.

SÉRGIO HIANE HARRIS

Abertura ao diálogo, para a concertação e busca de soluções

Novo presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o promotor de Justiça Sérgio Hiane Harris pretende fortalecer ainda mais os vínculos associativos com os núcleos regionais, os aposentados e pensionistas.

Nascido em Porto Alegre há 41 anos, Harris ingressou no Ministério Público em dezembro de 2000 e, desde 2011, é vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS.

Veja nesta entrevista alguns dos principais objetivos estabelecidos por Sérgio Harris para a gestão que se estende até o final de 2016.

RÉPLICA - Quais seus principais planos e metas para a gestão que se inicia sob seu comando?

Sérgio Harris - Nossa gestão será calcada em cinco pilares principais de atuação. O primeiro deles é a **pluralidade**. Temos o entendimento de que a Associação deve ser o canal para as mais variadas demandas de nossos associados, compreendendo a diversidade de pensamento, de etapas dentro do Ministério Público e de perspectivas profissionais e pessoais. O segundo pilar será lastreado na **atuação**. Pensamos em uma entidade de classe extremamente proativa e que esteja presente em todos os palcos que exijam a atuação classista. Também é obrigação da associação de classe trabalhar na **integração** de seus associados, promovendo encontros, facilitando a comunicação e envolvendo não somente a diretoria executiva e ampla, mas todos os associados nos projetos associativos, independentemente de ocupar cargo ou não na diretoria. Temos também a necessidade de **inovar** em algumas práticas, o que não quer dizer o abandono do que vinha sendo feito ultimamente, mas sim a compreensão das mudanças que o próprio tempo exige. Em determinadas áreas, como a comunicação, vamos trabalhar para mudar procedimentos da própria Associação, que tem de ser mais ágil nessa linha de atuação. Por último, o que é muito caro para nós, é a **independência**. A Associação será, como sempre foi, absolutamente independente, seja da própria instituição Ministério Público assim como dos demais poderes. O compromisso da Asssociação é com os seus associados.

> Em que pesem todos os avanços tecnológicos da comunicação, que serão usados à medida do possível por esta diretoria, eles não irão substituir o contato pessoal com os associados

RÉPLICA - O senhor pregou durante a campanha eleitoral a necessidade de fortalecer as relações da entidade com os núcleos regionais por todo o Estado. Como isso vai ser possível?

Harris - O fortalecimento dos núcleos regionais é indispensável, porque é nos núcleos que acontecem grandes discussões de aprimoramento, tanto das práticas da entidade de classe quanto das pertinentes à carreira do Ministério Público. Para isso, nós inovamos no sentido de que, pela primeira vez na história, o vice-presidente de núcleos será afastado de suas funções ministeriais justamente para que tenhamos uma presença ainda mais constante no interior do Estado. Isso não significa a delegação do presidente ao vice-presidente de núcleos na atuação no Interior. Na verdade é uma cumulação de forças, porque, como presidente, pretendo também estar muito presente no Interior. A ideia é dar atenção especial para os núcleos, pois sentimos a necessidade de manter a classe informada e integrada sobre os assuntos associativos, para, inclusive, recolher ideias e sugestões dos caminhos a serem seguidos. Em que pesem todos os avanços tecnológicos da comunicação, que serão usados à medida do possível por esta diretoria, eles não irão substituir o contato pessoal com os associados.

RÉPLICA - A relação com os aposentados e pensionistas também está entre seus pontos de atenção?

Harris - Ao longo da minha atuação como vice-presidente da AMP/RS, aprendi ainda mais sobre a história do MP e da associação de classe, ou seja, os colegas que construíram esta entidade que é a segunda mais antiga do país e já conta 73 anos de existência. Em respeito a essa história, e também reconhecendo a fundamental importância de nossos aposentados, seja no passado, no presente ou no futuro da nossa associação de classe, não vou descuidar nem um segundo das suas demandas e serei um presidente sempre disponível para atender aos nossos colegas aposentados e pensionistas, porque sei que não estaríamos aqui se não fosse o trabalho deles, como sei também que é um extrato da classe que precisa de uma atuação forte na defesa de seus interesses.

RÉPLICA - Qual será a postura do presidente da AMP/RS na relação com os Poderes?

Harris - Pretendo estar sempre aberto ao diálogo, à concertação, ao encontro de soluções, mas sem nunca perder a independência e sem transigir um milímetro nas nossas prerrogativas funcionais, porque sabemos que um Ministério Público forte não se esgota em si mesmo. Ele revela um propósito de transformação da própria sociedade. Esperamos ter o entendimento de todos os poderes e não transigiremos a respeito destes temas. Teremos o maior cuidado possível na atuação junto ao Congresso Nacional, no qual circulam projetos de lei ou alterações constitucionais com diversas propostas de mudança, para pior, da estrutura do Ministério Público. Caberá a nós ter essa fiscalização sempre presente.

> A Associação será, como sempre foi, absolutamente independente, seja da própria instituição Ministério Público, assim como dos demais poderes

COMPROMISSO DE GESTÃO

Os principais pontos apresentados pela chapa de Sérgio Harris durante o processo eleitoral:

- Incentivar o aperfeiçoamento técnico e a produção acadêmica através de grupos de estudos, intercâmbio e turismo, mediante formação de convênios e parcerias
- Fortalecer a autonomia financeira dos núcleos para que promovam periodicamente encontros entre os associados visando o estreitamento de laços, lazer e debates
- Efetivo acompanhamento e defesa dos projetos de interesse institucional e da classe em tramitação perante a Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional, o STF e o CNMP
- Modernizar o acesso à Sede Campestre, focando nos vetores segurança e comodidade, e completar as reformas de modernização dos flats
- Investir no Congresso Estadual do Ministério Público
- Promover durante a gestão ao menos um encontro regional para debater com os colegas as questões associativas e institucionais
- Divulgar o calendário completo das atividades associativas para facilitar a participação dos colegas nas reuniões, a fim de que contribuam diretamente para as tomadas de decisão e prestigiem nossos eventos
- Defender as nossas prerrogativas e os eventuais ataques sofridos por colegas no exercício da função ministerial
- Aperfeiçoar os canais de comunicação
- Focar como prioridade de valorização da carreira a aprovação da PEC 63 (retorno da valorização por tempo de serviço, inclusive para aposentados), Projeto de Lei Estadual no 221/13 (redução das entrâncias) e alteração da Res. n° 09/06 do CNMP, que inclui os valores percebidos a título de substituição no teto remuneratório
- Trabalhar nas estratégias nacionais de recomposição do subsídio

ARTIGO

Mutualismo renovado

CLÁUDIO BRITO*

Coincidirá com os desafios a serem enfrentados pela nova diretoria de nossa Associação a indispensável renovação regulamentar da Mútua, a partir do exame da proposta apresentada pelo diretor Cezar Rigoni, acolhida pelo Conselho Fiscal em reunião presidida pelo procurador Odir Odilon Pinto da Silva, mas agora pendente da aprovação em Assembleia-Geral de Participantes, prevista para o mês de março.

Quando se é jovem, distantes os eventos que justificam a prática do mutualismo, resistimos a aderir. Ainda que se trate de parceria entre integrantes de um grupo, que se identificam por variados motivos, dentre eles a carreira profissional.

Quando avançamos no tempo, circunstância que todos queremos alcançar, buscamos fazê-lo com a paz de uma reserva de recursos financeiros para nossos familiares ou beneficiários indicados. A Mútua foi instituída por razões bem simples. Uma delas, a constatação de que são frequentes os casos de retardamento burocrático na consolidação dos direitos decorrentes da relação funcional com o Estado. Então, para desde logo assegurar equilíbrio financeiro às pensionistas e aos dependentes, constituiu-se o fundo mútuo que tem socorrido a tantas famílias de promotores e procuradores. Basta que examinemos os demonstrativos contábeis para sabermos que uma reformulação é imperativa, eis que o fundo resultante das contribuições dos mutualistas tende a minguar, eis que é inafastável a realidade. Há a necessidade de recomposição dos recursos a cada evento autorizador do repasse de valores às pessoas indicadas como beneficiárias.

Por isso, excelente a proposta que haverá de ser aprovada. Será possível o ingresso no plano de acordo com a faixa etária, com índices diferenciados de contribuição e seus reflexos no cálculo do pecúlio. Alterações em prazos de carência e uma escala por idade estão no centro da ideia reformista. Assim, sempre tendo por base o valor do subsídio de um promotor de Justiça de entrância inicial, os percentuais seriam de 1% aos que se inscreverem com até 40 anos incompletos, 2% acima dessa idade e até os 50 anos incompletos e 3%, para os que ingressarem com mais de 50 anos completos.

Não importa agora nem aqui o detalhamento, o que será fartamente apresentado a todos os associados. O que vale é perceber a indispensabilidade da existência da Mútua. Com robustez suficiente para cumprir seus objetivos, o que só ocorrerá com o atendimento da justa adequação que permita e estimule o ingresso de nossos colegas mais jovens. Agora, ao debate. Novas ideias ainda poderão ser agregadas. A Mútua incentiva a percepção do que seja solidariedade, agregação e associativismo com plenitude. É disso que se trata, sem dúvida.

*Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

PATRIMÔNIO

Renovação e cuidado com o patrimônio dos associados

Fruto de um longo e minucioso processo de revitalização de seu patrimônio e de qualificação dos serviços oferecidos aos associados, a AMP/RS chega ao final de 2014 tendo promovido importantes reformas em suas sedes administrativa e campestre. As obras, realizadas durante os últimos quatro anos, abrangem a atualização do layout e do mobiliário dos flats e a construção de novas unidades, bem como investimentos no complexo de lazer na zona sul da Capital.

No bairro Praia de Belas, algumas dependências da sede administrativa já foram renovadas e entregues. O salão de festas do 8º andar e o terraço foram repaginados, com novos equipamentos de cozinha, troca de mobiliário e redecoração. Para o terraço, foram reformada a churrasqueira e instalada nova iluminação.

Também estão passando por melhorias os flats mais antigos, cujas obras devem estar concluídas até março. Os apartamentos, utilizados pelos colegas que atuam nas comarcas do Interior quando em passagem pela Capital, estão sendo totalmente renovados. A empresa contratada para executar a obras está instalando novo piso e realizando a troca de todos os móveis, incluindo cortinas, TV e colchões. Os banheiros também estão sendo modernizados, com substituição de louças e azulejos.

Já na sede campestre, onde os colegas e familiares costumam se reunir para eventos festivos, descansar e praticar esportes, o mais recente movimento de renovação ocorreu no segundo semestre de 2014. Nesse período, o Salão Nobre ganhou cara nova, desde o hall de entrada até os toaletes. Uma rampa e banheiro familiar garantem mais conforto e acessibilidade aos usuários.

Núcleos regionais terão mais força em 2015

A nova diretoria da AMP/RS irá reforçar a atenção aos núcleos regionais a partir de 2015. Ainda que a administração anterior tenha cumprido intensa agenda por todo o Estado, a intenção para o biênio que está começando é ampliar e estreitar as relações e o contato com os colegas que atuam fora de Porto Alegre.

Em 2014, foram cerca de duas dezenas de reuniões com os núcleos, de norte a sul e de leste a oeste do Rio Grande do Sul, conforme mostram as imagens ao lado. Nas oportunidades, a diretoria procurou levar o máximo de informação acerca de todos os temas de interesse da classe, bem como ouvir as dúvidas e manifestações dos colegas. Foram discutidas demandas associativas e institucionais, especialmente aquelas que tramitam na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, no Conselho Nacional do Ministério Público e no STF, sobre as quais os dirigentes da entidade fizeram um relato atualizado.

Pensando em aprimorar a comunicação com os membros do Parquet, o roteiro de viagens começará já em fevereiro, no Litoral, e será aberto pelo vice-presidente de Núcleos, João Ricardo Santos Tavares. O dirigente, aliás, terá dedicação total à atividade associativa. Em uma decisão inovadora, Tavares está dispensado de suas funções na Promotoria Regional da Restinga, em Porto Alegre, para atender exclusivamente às questões da AMP/RS. “Minha vivência por mais de duas décadas no Interior será muito útil para aproximar cada vez mais a diretoria executiva dos núcleos da AMP/RS, fazendo com que eles retomem os fóruns importantes de debates do Ministério Público que sempre foram”, observa Tavares.

Conforme o dirigente, o fortalecimento dos laços e a intensificação do diálogo com os núcleos regionais são premissas inegociáveis. “Esse foi um compromisso firmado com a classe, ainda durante a campanha eleitoral, de estarmos mais presentes junto aos núcleos”, afirma o vice-presidente de Núcleos da AMP/RS. Por conta do grande leque de ações de inserção do Ministério Público junto às comunidades realizadas por iniciativa dos colegas que atuam nas mais variadas comarcas, a diretoria vislumbra nos núcleos regionais importantes canais de integração com a sociedade e valiosos espaços para discussão sobre as questões institucionais e classistas.

O detalhista

MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA

Desde pequeno, Júlio tinha predileção pelos detalhes. Quando ainda bebê de colo, nos primeiros meses de vida, ele ficara fascinado pelos brincos da mãe. Ao ser pego no colo, ele não olhava para o rosto da mãe, como fazem todos os bebês, olhava apenas para os brincos. Quando os brincos não apareciam, em virtude do cabelo da mãe, ele desatava num choro compulsivo, que sua mãe nunca descobrira o que seria. Achava que era dor de barriga, isso ou aquilo. Que nada. Era apenas a ausência da visão dos brincos.

Mais tarde, quando já menino, apreciando um desfile militar, ele não via o conjunto, apenas uma pequena fração, como o salto das botas dos soldados. Analisava bem o salto. A altura de cada um. O formato. A angulação. Verificava se alguns deles não apresentavam alguma diferença. Noutro desfile, ele mudava seu objetivo. Agora poderia ser o filete lateral que muitas vezes adorna a calça da farda dos soldados. Sequer prestava atenção em todo o uniforme. Muitas vezes escapava-lhe até a cor dos mesmo. Mas um ou outro detalhe não lhe escapavam. Ah, não mesmo. Ele iria examiná-los com muito cuidado. Para ele, uma parada militar não passava de um desfile de detalhes. Detalhes mantendo ordem unida, todos obedecendo a um só comando, num movimento cadenciado. E, quando descobria alguma diferença, por mínima que fosse, entre as roupas dos militares, ele vibrava, sentia-se profundamente gratificado. Tão contente ficava que normalmente revelava a um familiar ou a um amigo sua importante descoberta. Mas se frustrava ao perceber que ninguém conferia ao

Public Domain Pictures

caso a relevância que ele entendia ter.

Quando da escolha do curso superior, suas características pessoais fizeram com que ficasse algum tempo em crise, pois não sabia o que seria melhor para ele. Qual a profissão que lida mais com detalhes? Com coisas pequenas? Física? Biologia? Geologia? Ocorre que a influência familiar foi decisiva. Seu pai e seus tios eram da área do Direito. Na família, a conversa preponderante era sobre Direito e Justiça. Não havia como escapar. Contrariado, lá foi Júlio fazer o vestibular de Direito. Estudioso que era, não foi difícil para ele classificar-se entre os aprovados. Os primeiros anos do curso não lhe causaram nenhuma empolgação. Apenas não abandonou a faculdade em virtude da família, o que diriam? Mas, quando começou a estudar direito processual, tanto civil como penal, encontrou-se. Ah, mas olhem quantas coisas pequenas existem no Direito. E tornou-se exímio processualista. Passou a conhecer de memória quase toda a legislação processual do Direito Positivo Brasileiro. Este artigo combina com aquele, este outro anula aqueloutro. E assim por diante.

Com este cabedal de conhecimentos, logrou êxito no primeiro concurso público para Juiz de Direito. E tratou de aplicar a lei com base em minúcias processuais. Olhava os processos com olhos de lince, procurando equívocos, contradições, irregularidades e nulidades. E deliciava-se com isso. Toda a vez que pegava um processo, esfregava as mãos de contentamento, à procura de algum defeito processual. O direito material? Ora, o direito material não possuía o fascínio do processual. Para ele, o direito material não era o mais importante. Com o passar dos anos, esta característica foi se acentuando cada vez mais. Pequenas minúcias, passadas desapercebidas por outros juristas, por ele jamais passavam. O processo, na verdade, é um somatório de minúcias, passou a dizer. Em toda a unidade jurisdicional onde atuou, com a determinação costumeira de anular atos judiciais, fez retardar imensa quantidade de processos. Já não via mais nada além de minúcias processuais, comia pensando nelas, exercitava-se pensando nelas, dormia pensando nelas. A tal ponto que um dia a própria esposa reclamou que ele se abstivesse um pouco daquela obsessão voltada para as minúcias processuais e pensasse um pouco na família. Debalde. A família representava um conjunto, e ele já não conseguia perceber tais coisas.

Certo dia, ao examinar um processo decorrente de um crime bárbaro, ele apegou-se a uma irrelevante minúcia processual e resolveu colocar em liberdade o perigoso delinquente. O Promotor de Justiça ficou indignado. Perguntou a Júlio se, ao proferir a decisão, ele não havia pensado na sociedade. Como se não estivesse entendido a pergunta, Júlio olhou surpreso para o Promotor e indagou: mas o que é a sociedade?

Almoços com aposentados

Encontros animados movimentaram a AMP/RS nos tradicionais almoços com aposentados e pensionistas em 2014. O mais recente ocorreu em 16 de dezembro, véspera da posse do presidente eleito, Sérgio Harris. Na oportunidade, ele salientou a importância daquela atmosfera para a nova gestão. “Tenho um sentimento de acolhimento aqui. Faço questão de estar nesse ambiente, para discutir, crescer, dialogar, enfrentar as dificuldades e comemorar as conquistas.”

Encontros celebram os feitos associativos em 2014

Momentos emblemáticos do ano na AMP/RS foram marcados pelo congraçamento entre os colegas, em diferentes circunstâncias. A classe confraternizou e comemorou a passagem de mais um aniversário da entidade, que já chega a 73 anos. De quebra, em diferentes oportunidades, homenageou promotores e procuradores que já completam décadas de relação com o Ministério Público, bem como deu as boas vindas aos novos colegas, egressos de recentes concursos para a carreira ministerial.

Os encontros, na sede campestre, também contemplaram a passagem do Dia da Criança, dos Festejos Farroupilhas e a tradicional comemoração de fim de ano, com o Papai Noel divertindo a garotada e a premiação dos destaques esportivos da temporada.

Mas os feitos da classe não se restringiram ao solo gaúcho. Afinal, mais uma vez, a AMP/RS sagrou-se campeã do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. Neste ano, o evento ocorreu em Foz do Iguaçu (PR), onde os atletas Sênior levantaram a taça pela segunda vez.

Confira alguns desses momentos de alegria e descontração traduzidos em imagens.

O entusiasmo da garotada com o Papai Noel foi um dos pontos altos do evento de fim de ano

Membros da classe com 20 anos e 25 anos de MP celebraram junto com os 73 anos da AMP/RS

Melhores do futebol, do tênis e das corridas foram homenageados

Dia da Criança levou alegria e diversão à sede campestre

Semana Farroupilha teve programação intensa no galpão crioulo

Atletas sênior faturam o bicampeonato de futebol society

POSSE & CELEBRAÇÃO

Solenidade e congraçamento resumem o tom do anoitecer do dia 17 de dezembro, quando foram empossados a nova diretoria executiva e o Conselho de Representantes da AMP/RS para o biênio 2014/2016. Veja nesta página algumas imagens da confraternização que reuniu colegas do Ministério Público, representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e convidados na sede da Instituição.